

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Diário do Paraná

Class.: _____

Data: 11.03.82

Pg.: _____

NACIONAL**Funai e Slaviero: nova
denúncia na justiça**

A disputa pela Reserva Pinheiral, de Manguelrinha, no Paraná, registrada em nome da Slaviero - Indústria e Comércio de Madeiras - e reivindicada pela Funai para os índios caingangues e guaranis acaba de receber nova denúncia no Tribunal Federal de Recursos. O assistente dos índios, Jone Rodrigues de Lima, denunciou que o procurador da Funai, Joaquim Jair Ximenes Aguiar, já advogou para a família Slaviero numa partilha amigável de bens.

A questão remonta há 20 anos, quando as tribos caingangues e guaranis perderam 7 mil e 200 hectares de terras cobertas de Araucária-Brasiliensis para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, órgão criado pelo Governo do Paraná para demarcar o patrimônio dos silvícolas.

Segundo narra o processo, em 1949 foram doadas as reservas indígenas de Pucuraninha, Queimadas, Avaí,

Faxinal, Rio das Cobras e Manguelrinha, resultando esta última, a mais valiosa por deter 180 mil pinheiros, em motivo de corrupção administrativa.

Ao adquirir em 1979 uma gleba próxima à reserva de Manguelrinha, Jones Rodrigues de Lima foi ameaçado pelo grupo Slaviero, então proprietário da reserva Pinheiral. Para defender-se, entrou com uma ação na justiça e, após uma peregrinação pelas repartições públicas do Paraná, ele disse que descobriu "toda a manobra executada para despojar os índios caingangues e guaranis de suas terras".

Jone Rodrigues entrou, então, com uma ação declaratória de falsidade documental na justiça paranaense para demonstrar que as terras chegaram às mãos do grupo Slaviero através de procurações falsas, forjadas por um certo Osvaldo Forte, que se dizia representante de 37 posseiros.

Só após essa denúncia levada à justiça em 1980, é que a Funai entrou na ação para reivindicar a terra dos índios. Jone Rodrigues de Lima passou a figurar então como assistente da Funai. Agora, quando o processo está prestes a ser levado a julgamento pelo ministro José Candido de Carvalho no Tribunal Federal de Recursos, o assistente resolveu denunciar a Funai, dizendo que seu procurador já advogou para a família Slaviero, o que o torna impedido.

Em documento apresentado ao Tribunal, Jone Rodrigues afirma que "o dr. Joaquim Jair Ximenes Aguiar (o mesmo que firmou a petição de fls. 1824/6) foi, e possivelmente ainda até hoje o seja, advogado particular da família Slaviero".

Dai ele concluir que é "duvidoso, e até mesmo conveniente, o seu comportamento em relação à apelada F. Slaviero e Filhos S.A."